

AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DE SITIANTES NO OESTE DE MINAS GERAIS E DE COLONOS NO SUDOESTE DO PARANÁ

Miguel Angelo Perondi¹
Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro²

RESUMO: Este estudo procura analisar as estratégias de reprodução dos agricultores familiares, por meio das evidências semelhantes encontradas em duas comunidades rurais. Os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos e a contínua reconversão de parte da produção em novos meios recria as condições sociais e culturais da existência do agricultor. O esforço reprodutivo se revela quando se observa como é organizado o trabalho em família, como se elege seu sucessor, como ocorre o crescimento patrimonial e como conquistam novas atividades agrícolas e não agrícolas que os melhorem financeiramente. O trabalho se inicia apresentando o referencial teórico e bibliográfico utilizado na análise do problema estudado. Depois, apresenta as estratégias de reprodução que aparecem em ambos os casos. Percebeu-se uma dinâmica divisão do trabalho familiar, mas fixa quanto à relevância econômica da atividade e condicionada pelo critério homem/dinheiro e mulher/sustento. Foram similares os modos como preparam o seu sucessor e como se utilizaram da aquisição de terra para ajustar a herança. A poupança se apresentou na forma de gado para os sitiantes, sendo que, historicamente, o suíno teve o mesmo papel para os colonos. A migração e a pluriatividade apareceram como instrumentos fundamentais do crescimento patrimonial de jovens adultos. Também, em ambos os casos, apareceu a figura do negociante rural sendo executado por um membro da comunidade. Portanto, as estratégias de reprodução se mostraram semelhantes ao desenvolvimento da unidade de exploração familiar, resultado de conflitos e alianças, pressões internas e externas que agiram sobre si, num esforço de auto-exploração e auto-reprodução.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia, reprodução, agricultura familiar

ABSTRACT: This piece of study puts forward an analysis on the reproduction of family-agriculturists by means of the similar evidences found in two rural communities. Both the productive and the reproductive processes are simultaneous, and the continuous re-conversion of part of the production into new means re-creates the social and cultural conditions for the agriculturists' existence. The reproductive effort comes to the fore when one observes how family work is organized, how its successor is elected, how the estate growth occurs, and how they get to new agricultural or non-agricultural activities which will lead them to a financial improvement. This work starts off by presenting the theoretical and book references used in the analysis of the studied problem. Later on, it will also present the reproduction strategies which are common features in both cases. A dynamic sharing of roles in family work was noticed, although it showed to be steady as far as the economic relevance of the activity is concerned, as it turns out to be restricted by the man/money and woman/house-caring criterium. The way they prepare their successors showed to be similar, as well as was how they use land acquisition to adjust heritage. Savings also feature in the form of cattle for the small land owners, whereas, historically speaking, swines play the same role for the farmhands. Migration and pluriactivity also showed up as fundamental tools for the expansion of the patrimony of young adults. Also, in both cases, came the rural dealer figure performed by a community member. Therefore, the reproduction strategies prove to be similar in the process of development of the family - exploitation unit, resulting from conflicts and alliances, external and internal pressures which acted on themselves, in an effort to auto-exploit and auto-reproduce.

Key-words: strategy, reproduction, family agriculture

¹ Agrônomo e Professor do curso de Agronomia no CEFET-PR/UNED-PB. Mestre em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: mperondi@whiteduck.com.br

² Economista e Doutor em História pela UNICAMP. Professor adjunto do DAE/UFLA.

INTRODUÇÃO

A década de 1990 consolidou o conceito de agricultura familiar nas ciências sociais do Brasil, sendo que a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) significou o reconhecimento oficial desse público na política agrícola nacional. No campo acadêmico existe um constante esforço em desvendar o objeto da "exploração familiar" junto ao associativismo, crédito, produção e mercado. Mas poucos trabalhos conjugam tais relações com a reprodução da agricultura familiar.

O pressuposto deste trabalho é de que existem questões singulares aos agricultores familiares, de acordo com o ambiente e contexto histórico, mas também similaridades, em que um grupo de sítiantes mineiros e outro de colonos paranaenses, apesar de distantes uns dos outros, organizam-se em princípios únicos, capazes de explicar suas estratégias de reprodução.

O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de reprodução da agricultura familiar, por meio do estudo das questões similares a duas comunidades rurais. Secundariamente pretende-se analisar: (1) como se organizam para o trabalho; (2) seu padrão sucessório por comunidade; (3) seus mecanismos de crescimento patrimonial e (4) a pluriatividade familiar.

Para captar a complexidade em que vive a agricultura familiar, este trabalho optou pela pesquisa qualitativa, uma metodologia capaz de reconstruir sociologicamente os processos sociais, considerando a realidade como um todo e incorporando a perspectiva histórica dos processos. (Santos, 1984; Campomar, 1991; Godoy, 1995; Triviños, 1985; Alencar, 1998 e Malinowski, 1978).

A escolha das comunidades pesquisadas foi feita por ocasião de contatos estabelecidos com alguns dos seus agricultores em determinadas oportunidades: (1) a comunidade rural de Santa Luzia (Formiga - MG) existe há, no mínimo, cinco gerações, sendo caracterizada por um ambiente delimitado, com solo naturalmente pouco fértil e ocorrência de secas sazonais; (2) a comunidade de São Pedro (Capanema - PR) existe há, no máximo, três gerações, sendo caracterizada por um ambiente generoso em fertilidade natural e distribuição das chuvas.

Foram feitos, em ambas as comunidades, alguns recortes em subgrupos de moradores (9 famílias em média por subgrupo), que obedeceram a designações segundo critérios locais, sendo chamados de "Linhas"³ em São Pedro (PR) e "Setores"⁴ em Santa Luzia (MG). Tais subgrupos preencheram o requisito fundamental da vizinhança, para perceber o arranjo no uso e domínio dos recursos entre parentes e compadres.

1 ASPECTOS TEÓRICOS

a) O objeto de estudo

O objeto deste estudo são agricultores que trabalham em família, decidem suas ações e podem recorrer a assalariados de forma complementar. Eles possuem ou não uma propriedade territorial e dela criam o seu usufruto. São famílias que herdaram, ou conquistaram, o direito de trabalhar na terra e procuram reproduzir - sempre que possível - as mesmas condições sociais de crescimento patrimonial que tiveram os seus pais.

Esses agricultores se caracterizam por deter os meios de produção ao mesmo tempo que trabalham no estabelecimento rural, sendo definidos por muitos autores (Veiga, 1991; Abramovay, 1992; Lamarche, 1993) como: "agricultores familiares".

b) A reprodução da agricultura familiar

Para compreender o processo de reprodução é preciso observar que, desde a perspectiva marxista, os processos produtivo e reprodutivo são simultâneos, em que "*...todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução*" (Marx, 1989: 659). Assim, a reprodução não é apenas material e produtiva, mas também cultural, social e ideológica. Um camponês que provê uma contínua reconversão de parte de seus produtos em meios de produção, cria

³ As aspas indicam termos locais e identificam um grupo de moradores interligados por uma estrada. Segundo Waibel (1949: 197), nos povoados do sul do Brasil, as propriedades eram dispostas ao longo de certas linhas, oriundas de picadas abertas pelos pioneiros na mata original, que logo serviriam de estrada.

⁴ A comunidade foi subdividida em setores pelos padres católicos, por entender que esses agrupamentos fortaleceriam as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a novena de famílias.

no seu processo, e no dos seus pares, as condições de reproduzir toda uma sociedade camponesa.

Segundo Chayanov (1974), a reprodução camponesa se baseia na relação de equilíbrio entre produção e consumo. Esse equilíbrio não é fixo, dependendo da quantidade de trabalho e varia conforme o tamanho da família. Qualquer unidade doméstica de exploração agrária tem um limite natural de produção, determinado pela proporção entre a intensidade de trabalho e as necessidades do grupo familiar. A relação de equilíbrio entre consumidores e produtores se altera ao longo do desenvolvimento da família, resultando em estratégias compensatórias dessa variação. Assim, os camponeses conseguem se ajustar ao grau ótimo de auto-exploração do trabalho familiar se tiverem uma situação de liberdade de terra e de meios de produção. Essas condições de reprodução seriam viáveis com a existência de fronteiras agrícolas abertas, ou num momento de expansão técnica, como foi nos anos 1970, no cerrado brasileiro.

Mas a terra para os camponeses quase sempre é limitada, segundo Garcia Júnior (1989), Boserup (1990), Cândido (1987) e Martins (1990) e sua taxa de exploração é progressiva, segundo Tavares do Santos (1984) e Martins (1990). Portanto, existe um decrescente rendimento e uma crescente intensidade do esforço per capita, o que impede pensar na reprodução somente em função dos fatores internos da família. Por isso, em consonância com Wolf (1976), Santos (1984), Almeida (1986), Garcia Júnior (1989) e Cáceres (1995), a reprodução da agricultura familiar assume simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por relações no plano externo ao grupo doméstico. Tais movimentos procuram manter, repor e transmitir o patrimônio e o capital social⁵ de uma geração a outra, renovando a sociedade e seus membros.

Almeida (1986) ainda cita uma série de ações que são tomadas pela unidade de exploração familiar para se proteger das forças externas (exploração e restrição fundiária), tais como variar a intensidade do trabalho, o ciclo e a divisão de trabalho, recrutando/expulsando membros na qualidade de parentes ou empregados e ampliando ou restringindo o consumo.

⁵ Capital social são as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (Putnam, 1996: p.177).

Essas variações são alternativas que regem a reprodução da agricultura familiar. Entretanto, o conhecimento dessas regras ainda é insuficiente, pois são regras de um jogo e, o que importa, são as estratégias do jogo. Segundo Bourdieu (1990), as estratégias são produto do senso prático e o bom jogador faz uma invenção permanente, adaptando-se a situações indefinidamente variadas, nunca idênticas. Percebe-se, assim, que as estratégias não são produto da obediência à regra, mas do sentido do jogo. As regras dão o valor das cartas e levam o jogador a escolher o melhor lance possível, considerando as cartas que têm.

c) As estratégias de reprodução da agricultura familiar

c.1) Organização do trabalho em família

O trabalho é a categoria central da unidade familiar, não sendo, entretanto, caracterizada pelo fenômeno social dos salários. E, segundo Chayanov, tais sistemas econômicos não são capitalistas: *"determinados por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho."* (1981: p.139)

Na realidade, a "microeconomia do comportamento camponês"⁶ vem do balanço de: maximizar a renda, minimizar o risco e a penosidade do trabalho.

Mas, a explicação do ambiente que permite funcionar o equilíbrio entre trabalho e consumo ocorre nos estudos sobre o modo de produção camponês do economista polonês Jerzy Tepicht, que percebe o trabalho familiar composto por forças "plenas e marginais":

"Força plena" é o homem adulto em "idade produtiva", com possibilidade alternativa no mercado de trabalho e empregado na atividade principal do empreendimento, e a "força marginal" é representada pelo trabalho de crianças, idosos e mulheres, consideradas "não transferíveis" (Woortmann, 1995: p.35)

Isto explica o menor custo e a viabilidade econômica de certas atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, quando ficam a cargo das "forças marginais". Essa repartição entre as "forças de trabalho" corresponde à composição doméstica por sexo e idade.

Sobre as relações de gênero na organização do trabalho, existe o trabalho de Moura (1978) com

⁶ Esta expressão entre aspas constitui o título do terceiro capítulo de Abramovay (1992).

os sitiantes do sul de Minas Gerais, onde identificou que a atividade do negócio é exclusivamente masculina. Também Garcia Junior (1989) observou nos sitiantes do nordeste que os elementos principais estão todos na esfera masculina, sendo eles que controlam as decisões sobre a produção da unidade doméstica e os meios de fazer face ao consumo (feira). À mulher - mãe de família - cabem as decisões da casa, a reprodução das condições sociais de consumo. Elas são responsáveis pelo plantio no roçado, horta e criação de pequenos animais que dotam a unidade doméstica de instrumentos de reserva e acumulação na esfera feminina.

Tepicht também descreve a família encapsulada em duas faces: o coletivismo interno da família ("eu" subordinado ao "nós") e o individualismo externo (que a opõe aos outros). Esse encapsulamento é atribuído à expansão da economia de mercado, que restringe cada vez mais o patrimônio familiar e acentua a subordinação do destino pessoal de cada um ao interesse da família. Um indicador do declínio da economia familiar é o esfacelamento desse "coletivismo interno", o conflito, que culmina com a emigração do(s) herdeiro(s).

A família é a figura central para compreender a produção camponesa, sendo a herança e sucessão alvos das estratégias matrimoniais que procuram fazer seu ajustamento populacional. Entretanto, as unidades de produção familiar ainda fornecem outros contingentes de excedentes que formam a base social dos processos migratórios e dos conflitos fundiários.

c.2) Os padrões sucessórios

Estudos sobre processos sucessórios, como os de Antonialli (1995), Garay (1996) e Abramovay et al. (1997), sugerem a existência de três fases na sucessão: (a) a sucessão profissional, isto é, a passagem do poder de utilização do patrimônio para a próxima geração; (b) a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes e (c) a aposentadoria efetiva, quando cessa o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos da propriedade.

Entretanto, os problemas de sucessão são mais crônicos do que um bom planejamento poderia suprir. Eles estão na base da origem social dos próprios pequenos agricultores familiares descapitalizados do Brasil, os quais, segundo Martins (1990), foram excluídos e empobrecidos

desde o morgadio, durante o período colonial, quando os não herdeiros se tornaram agregados do herdeiro.

Mas, a extinção do morgadio pelo Império não impediu a invenção de mecanismos que preservassem o patrimônio da família. Assim, houve estímulo aos casamentos intrafamiliares, terras em comum etc., de forma que a população rural de cada região do país buscou ajustar os limites e direitos de cada herdeiro.

No sul colonial do Brasil, segundo Santos (1984), Seyferth (1995), Woortmann (1995) e Papma (1987 e 1992), prevaleceu a instituição do minorato, uma forma de transmissão do patrimônio à margem da lei e que protege a unidade fundiária expulsando sistematicamente da casa paterna o filho mais velho quando se casa o mais novo e, assim até que nela permaneça o ultimogênito: "... a quem cabe a terra paterna e a sustentação moral e material dos pais" (Santos, 1984: p.14).

No caso estudado por Moura (1978), localizado no sul de Minas Gerais, prevaleceu um padrão sucessório mais sutil, com a passagem da herança dentro de uma mesma geração associada à morte do dono (não somente no sentido legal). A partilha da terra é resolvida com um "acerto" dentro de regras incrustadas na própria história camponesa, que fazem perpetuar a maioria do patrimônio da família num único sucessor. Portanto, apesar de todos serem herdeiros, haverá apenas um sucessor da família, personificado no receptor da casa dos pais.

Assim, o princípio da herança indivisa tende a permanecer no campo e se expressa em cada região do país de acordo com a conjuntura histórica e econômica apresentada. Tais mecanismos de preservação do patrimônio e da família originam inúmeras tensões familiares que impedem a reprodução social do indivíduo, que deverá representar a instituição de um produtor familiar.

O dilema sucessório consiste em negar a sua reprodução como um indivíduo em favor de uma instituição. Isto é cada vez mais difícil, quando são introduzidos no universo da comunidade e da família os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família. Assim os filhos, crescentemente, deixam de se casar segundo as práticas tradicionais de aliança e de reprodução do patrimônio. (Woortmann, 1990a)

Portanto, um dos fatores de permanência do campesinato por meio da história, que é o coletivismo interno, parece estar em choque com projetos individuais que emergem no fim do século

XX. A migração muda de significado, passando de uma ação estruturante (saída do excluído), para uma desestruturante (saída do sucessor) e o trânsito da família liberta para o indivíduo livre pode representar a dissolução da ordem moral⁷ e a proletarização.

c.3) A formação do patrimônio

Segundo Chayanov (1974), existe uma estreita relação entre o tamanho da família e o volume da atividade econômica, incluindo a agrícola, e o processo de crescimento e distribuição da família por tamanho e idade determina, em grande medida, a distribuição das unidades econômicas por área semeada e quantidade de gado. Em países onde prevalece a propriedade privada da terra, parte-se para o uso de meios reguladores, como o arrendamento de terra, sua compra e venda. E ainda, quando a herança não pode ser dividida - como no Sul da Alemanha - ocorrem variações no assalariamento e êxodo rural, conforme a pressão do desenvolvimento biológico da família.

Garcia Junior (1989) aprofundou essa análise chayanoviana com os migrantes nordestinos, para perceber que eles conquistavam a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho urbano do sudeste brasileiro. Uma importante contribuição do autor para essa discussão está na descrição das trajetórias ascendentes na economia familiar dos sítiantes nordestinos em agricultura, criação e negócio. O negócio não é algo externo à própria atividade agrícola. O dinheiro com que se negocia é o mesmo que se investe ou se obtém da agricultura. O mesmo ocorre com a criação de gado, que preenche a função de reserva e acumulação para a agricultura e o negócio. Assim, a agricultura, negócio e criação constituem o tripé da economia daqueles pequenos agricultores familiares.

O enfoque de Afrânio Garcia Júnior é utilizado por Ribeiro (1992) num estudo localizado na Zona da Mata de Minas Gerais para compreender a reprodução camponesa por meio da dinâmica da multiplicação do patrimônio a partir de pouco, ou quase nada. O estudo concluiu que as

riquezas surgem das atividades marginais, com o negócio e vendas, mas não da produção de mantimentos. Para aumentar o patrimônio, os lavradores se utilizam de métodos como migração, negócios, “parcerias”⁸ e criação de gado. A migração temporária é uma alternativa para o começo de vida e a formação do jovem e houve épocas em que a única alternativa era a parceria. Entretanto, os lavradores sempre estão envolvidos com os negócios e o gado; o que lhes gera uma renda adicional sobre a circulação anual da lavoura. O negócio é uma forma de sociabilidade; seu lidar fornece um maior conhecimento de mercados e preços.

Conclui o autor que o patrimônio pode materializar-se de quatro formas: (1) compra de bens materiais negociáveis (carros e equipamentos); (2) na forma de gado; (3) compra de herança da família (a baixo preço) e (4) compra de terras de pessoas de fora da família (a preço de mercado).

c.4) Pluriatividade e migração

Segundo Kautsky (1972), os agricultores tornaram-se exclusivamente agrícolas desde a revolução industrial, que retirou grande parte da atividade artesanal do camponês, restringindo-o ao espaço agrícola. Entretanto, a busca por rendimentos alternativos nunca foi abandonada e, assim, como os camponeses russos do início do século, os agricultores familiares se utilizam de atividades não agrícolas para seu equilíbrio econômico.

"Ao não encontrar emprego na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção"

(Chayanov, 1974: p.101).

A agricultura familiar possui uma capacidade de combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas, além de poder buscar alguma receita fora do estabelecimento produtivo. Essa plasticidade é decorrente da característica da atividade agropecuária, em que o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outra função além da atividade agrícola, e que autores como Kageyama

⁷ Aplicar o Código Civil no acerto de herança seria dissolver a ordem moral vigente numa comunidade rural.

⁸ A parceria é uma relação estável de exploração de terra e tempo de trabalho sobrando. Para o proprietário, a parceria faz uma sobra daquilo que ele já tem e assim produz renda adicional (Ribeiro, 1992: p.92)

(1998) e Silva (1999) vêm chamando de pluriatividade.

Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade possui sua unidade de análise na família e contribui para compreender o arranjo das atividades agrícolas e não agrícolas, externas e internas à unidade de produção rural, que é a sua condição. Entretanto, o termo "trabalho em tempo parcial" retrata a iniciativa do chefe da família e serve para perceber a dicotomização individual do trabalho entre campo e cidade, entre agrícola e não agrícola.

Batista (1997) salienta que as principais causas da pluriatividade são a necessidade de fatores de produção (como terra e capital) e a desocupação da força de trabalho. E estes elementos são relativos à estratégia de sobrevivência do grupo doméstico e da reprodução dos ativos na exploração agrícola.

Seyferth (1985) e Sacco dos Anjos (1995) descreveram um agricultor familiar que emprega ações não agrícolas para se reproduzir. Essa opção torna menos dramática a disputa pela terra no âmbito de cada família rural, existindo assim a possibilidade do excluído da herança ser assalariado e, ao mesmo tempo, agricultor de uma pequena parcela partilhada.

Woortmann (1990b) afirma que o sitiante é também um negociante e, enquanto migrante, também um assalariado. Diferentemente dos colonos descritos por Seyferth e Sacco dos Anjos, cuja fábrica migra para onde eles estão, no Nordeste, pelas descrições de Garcia Júnior (1989) e Woortmann (1995), é o agricultor familiar que migra para onde o emprego está. Assim, ao longo das migrações, o agricultor dissolve a dicotomia rural-urbana, unificando em sua experiência de vida as experiências da cidade e do campo.

2 A GRAMÁTICA DOS CASOS

As comunidades têm uma história própria, construída em meios distintos. Entretanto, ambas se caracterizam pela produção familiar e apresentam algumas características similares.

A forma como organizam seus recursos reproduz uma divisão do trabalho em que a parcela casa-quintal é um espaço feminino voltado para o equilíbrio do orçamento familiar, enquanto os espaços de produção para o mercado são masculinos. Assim, em Ribeiro (1992) foi possível interpretar a ocupação sistemática da terra e a

história da população partindo-se dos sistemas de lavoura e ambiente. Também Boserup (1987) forneceu elementos para compreender que o crescimento populacional obrigou os agricultores a encurtar seu período de "descanso da terra", reduzindo a produção, elevando o trabalho e provocando as migrações dos que "excederam".

Percebe-se que as comunidades mantêm suas regras sociais por meio da socialização do seu uso, cultivadas no indivíduo na forma de jogar um determinado jogo e nas sanções advindas da reprovação social a que estão sujeitos no cotidiano. É usual nunca faltar com seu débito, nem que para isto venda a terra, geralmente a sua maior estima. Também é importante retribuir um favor e oferecer ajuda numa expectativa incerta de uma retribuição futura.

Ambas as comunidades apresentaram experiências em associativismo. Em Santa Luzia ocorreram dois casos de associações formais e em São Pedro ocorreram quatro associações formais (uma por linha), sendo que tais conjuntos associativos revelaram que: (1) o número de associados é menor que o de famílias de cada comunidade; (2) as associações são fruto de uma organização preexistente e (3) ocorrem vínculos de parentesco nas associações, sendo mais aparentada quanto mais antiga for a comunidade.

No contato direto com as famílias, percebeu-se uma necessidade não ouvida quanto ao sistema de saúde e educação e que são decisivas para garantir sua reprodução social. Por outro lado, sentem-se hoje menos distantes da cidade a partir do momento que melhoraram suas vias de acesso, o que os auxiliou a comercializar diretamente na cidade⁹. Em ambas houve espaços de melhoria da qualidade de vida com o emprego de eletrodomésticos, motores elétricos e máquinas agrícolas, no lazer com a televisão, ônibus escolar e uso do filtro d'água.

2.1 A organização familiar

Dentre as "forças marginais", os aposentados são os que asseguram uma renda mensal, além de serem produtivos, pois, enquanto tiverem condições físicas não deixarão de trabalhar (Woortmann 1990b). As crianças e adolescentes

⁹ Chayanov (1981: p.138) e também Seyferth (1985: p.5) atribuem o aumento de excedentes da unidade econômica a fatores como a variação de tamanho da terra útil, fertilidade do solo e a distância das áreas urbanas, que proporcionam melhores condições de comercializar produtos.

são incorporados desde cedo ao mundo do trabalho em família. Foram indistintas as observações sobre o início do papel produtivo ocorrer na faixa dos 7 aos 10 anos, sendo que entre 11 e 15 anos se definem as atribuições de gênero.

Aqueles com idade superior a 16 anos e que desejam ficar no campo assumem uma rotina de trabalho similar aos seus pares adultos, sendo ainda não emancipados pela condição de solteiros e estudantes do ensino médio.

A mulher adulta administra o espaço casa-quintal, produzindo a parte da subsistência na lavoura, pecuária e negócio. É no espaço feminino que são geradas as pequenas rendas monetárias distribuídas ao longo do ano. Em Santa Luzia ocorrem atividades de bordado, criação de galinha e ovos caipiras, além da horta. Em São Pedro, ocorreram as atividades do leite, doces e bolachas. Entretanto, a mulher assalariada já é um indicador de transferência de sua força de trabalho para outros setores da economia, o que a caracteriza como força plena.

O homem adulto em idade produtiva é o responsável pelo serviço externo à casa e que envolva o uso de recursos monetários. O homem é adulto quando se emancipa pelo casamento ou quando assume a guarda dos pais e da herança. Todos os serviços pesados e distantes da casa são tarefas masculinas, o que normalmente inclui a parte mercantil.

Uma atividade marginal normalmente é delegada a uma força marginal, e a principal é assumida pelo representante da força principal. Por isso, a atividade do leite é papel feminino em São Pedro. Entretanto, em Santa Luzia é considerada como masculina, pois ali assume um caráter de atividade econômica principal. A fabricação de açúcar e melado era uma atividade feminina que passou a ser uma atividade masculina em São Pedro, sendo que em Santa Luzia historicamente ocorreu o contrário.

Dentre as relações de parentesco, Santa Luzia apresentou um maior número de blocos familiares, com apenas 5% dos moradores isolados, enquanto que São Pedro, uma comunidade de apenas 40 anos, apresentou metade dos domicílios isolada de parentes. O menor número de blocos familiares em São Pedro foi também devido à ocorrência de domicílios conjugados, ou seja, numa característica do minorato, em que 27% dos domicílios abrigam

mais de uma família sob o mesmo teto e o mesmo fogo.

Nos arranjos de casamento, as novas famílias são constituídas com a mulher vindo morar na terra do marido, seja ele dono dessa terra, arrendatário ou cedente de uma parcela dos pais. Também ocorreu, em ambas as comunidades, a prática do casamento trocado, isto é, o acerto de casamento de irmãs e irmãos de uma família com as de outra família. Existem diferenças entre as comunidades quanto à restrição ao casamento; em Santa Luzia não devem casar os de mesmo sítio (irmãos de criação), sendo possível com os primos, mas em São Pedro são excluídos do cálculo das trocas matrimoniais os parentes da mesma colônia, o que dificulta a combinação e a formação de novas famílias rurais.

Os casos revelaram um equilíbrio de gêneros, mas um desequilíbrio de faixas etárias, em que a população jovem - até 19 anos - constitui 1/3 dos residentes, sendo que dos 2/3 restantes, duas partes são de adultos plenos entre 19 e 49 anos e uma parte de pessoas com idade acima de 50 anos. Com isso, nota-se o mesmo peso relativo de 25% da população rural com idade superior a 50 anos.

Entre aqueles que migram, a grande maioria é de jovens adultos, sendo que existe uma parcela maior de jovens mulheres saindo de São Pedro que de Santa Luzia. A faixa etária do migrante coincide com uma maior receptividade do mercado de trabalho urbano, como também é a fase em que os não sucessores partem em busca de alternativas.

2.2 O sucessor dos herdeiros e o herdeiro sucessor

Os padrões de herança são diferentes entre as comunidades, mas o modo como preparam o sucessor e os arranjos dos “herdeiros” frente ao Código Civil brasileiro são similares. Em ambos os casos, os costumes são preponderantes à lei, ou seja, ocorrem acertos da herança que não necessariamente ajustam a partilha entre todos os herdeiros.

A figura do “pé-de-boi” em Santa Luzia e do “escolhido” em São Pedro evidenciam um processo sucessório que se inicia antes da partilha da herança. Apesar disso, na primeira comunidade não ocorre a partilha antes de encerrada uma geração, mas, na segunda, isso não acontece necessariamente, fazendo denotar uma sucessão mais explícita que o primeiro.

Os preparativos de um sucessor se dão, em primeiro lugar, pela formação do pensar como

agricultor, sendo facilitado somente o mínimo necessário, em que, aos poucos, vai se moldando um sucessor, capaz de conduzir o destino da família. O primeiro ofício de um sucessor é aprender a dar suporte aos irmãos “desonerados”¹⁰, para que, assim, mais e mais, se aproprie (e justifique) daquilo que será seu um dia. O maior instrumento de ajuste para conformar uma herança é a compra, porque a herança pode incorrer em riscos de demanda judicial, caso não haja acordo entre os herdeiros.

Apesar de os costumes locais minimizarem o risco do desacerto, quanto maior o risco de demanda, maiores serão as possibilidades de haver um sucessor. Planejar a sucessão num único herdeiro pode pôr tudo a perder se ocorrer a fatalidade da sua ausência. Herança e sucessão são complementares em Santa Luzia e determinantes em São Pedro. Isto porque no primeiro caso, ser herdeiro não significa ser sucessor, mas no segundo, podem ser sinônimos, pois em um minifúndio cabe em apenas um herdeiro.

A compra de terra imobiliza uma grande quantia de recursos, que o agricultor pode ter poupado em gado (Santa Luzia) ou em porco (São Pedro). A poupança é o ingrediente básico para qualquer projeto de vida; mesmo um deserddado necessita poupar para iniciar a vida.

A poupança é gerada de uma renda própria, que deve ser necessariamente negociada com a família a que esteja vinculado. A melhor maneira de gerar uma renda individual é produzi-la em área diferente da familiar ou emancipar-se via casamento.

Casar é a garantia de que tudo o que for gerado será em benefício restrito ao novo casal, inclusive o produzido pelos novos filhos, até o momento do ciclo recomeçar com a emancipação dos seus próprios filhos, netos do ciclo anterior. Entretanto, uma nova família exige investimento, devendo-se ter uma morada, terra, instrumentos e animais. Assim, devem ser buscados excedentes no arrendamento, criando animais (em terreno cedido pelo pai ou alugado), fazendo negócios e, sobretudo, migrando.

A migração não é somente um recurso dos fracos e excluídos; é um instrumento de todos, um artifício de capitalização que pode acelerar os

¹⁰ Desonerado é mais específico que “deserddado” (Woortmann, 1990b), e significa ser aquele que será indenizado - pelo pai e sucessor - da parte da herança que desistir.

preparativos do matrimônio e a indenização dos deserddados (Woortmann, 1990b).

Ambos os casos demonstram que os domicílios abrigavam, no momento da entrevista, 2/3 do total de pessoas que suas famílias haviam gerado. Se for considerada somente a faixa etária migrante, percebe-se que metade da população de mesma idade está ausente. Estas cifras são iguais em ambas as comunidades, o que denota um esforço único em preservar o patrimônio via emigração, além evidentemente, da diminuição da natalidade.

Entretanto, ingressar no emprego urbano, ou desonerar a terra, por meio de aquisição de outra, também exige investimento. Trabalhar na cidade requer formação, infra-estrutura mínima de moradia e transporte, além da oportunidade do emprego ou do próprio negócio. Tudo isso deve ser suprido pelo esforço conjunto das três entidades: o pai, o sucessor e os desonerados.

O pai e o sucessor auxiliam através das economias obtidas dentro e fora da unidade de exploração e o desonerado contribui fazendo uma emigração definitiva e sustentável. O esforço conjunto dessas três entidades resultará na manutenção do patrimônio e um mínimo de consenso sobre o bem-estar de todos.

Entretanto, é bom lembrar que: “*os que saem perdem o acesso à terra, não perdem necessariamente o acesso à família e nunca se pode prever quão definitiva é a emigração definitiva*” (Woortmann, 1990b: p.52). O acesso não é impeditivo para ambos os lados, porque aqueles que partem também podem auxiliar para que todos partam definitivamente junto dele.

As entrevistas relatam casos de migrações definitivas de toda uma família, desde aqueles que partem para outras regiões agrícolas até casos em que todos foram para a cidade. Encontrar uma ocupação mais vantajosa acaba por configurar uma situação em que um excluído encontra a herança de todos, permitindo vender a terra de origem.

2.3 As condições do crescimento patrimonial

Pensar em início de patrimônio é pensar no casamento. Os dotes de um jovem casal coincidem com o sentimento do mínimo necessário para desenvolver seu patrimônio. Normalmente, um chefe de família jovem e com menos filhos, corresponde a uma família com menor quantia de terra, somente dispondo da força de sua juventude e herança futura, e, a depender do equilíbrio entre produção e

consumo, haverá condições de ampliar o patrimônio, que, em princípio, é obtido por meio do arrendamento de terras e a venda da mão-de-obra.

Se pouca área é suficiente para satisfazer às necessidades de consumo da família, não é pouca a terra necessária para produzir renda. Quanto maior for a área de pasto em Santa Luzia, maior será o seu rebanho de gado. E, em São Pedro, o mesmo pensamento ocorre para com o cultivo comercial, preferindo terras mecanizáveis. Esses espaços assimétricos são a materialização da necessidade de produzir renda e dinheiro.

Os colonos paranaenses procuram estabelecer investimentos que se reproduzam no gado de leite e suinocultura, entretanto: (1) falta pastagem de verão para o gado, porque no inverno eles obtêm pastagem das áreas agrícolas de verão; (2) os bezerros das vacas puras de leite nascem também machos e precisam sacrificá-los e (3) a suinocultura se encontra muito regulamentada, tornando difícil sua venda e transformação.

Santa Luzia está assentada num sistema de produção mais extensivo e necessita de uma maior quantidade de terra para fazer ampliar seu capital em gado. São Pedro é mais agrícola e apresenta um processo de trabalho que é uma simples repetição do processo de produção¹¹.

A compra de terras nem sempre é realizada com parentes, mas, se possível, eles obterão condições mais facilitadas. A oportunidade da compra ocorre num momento de partilha de herança ou nas emigrações de vizinhos. Estar próximo desses momentos significa perceber com brevidade suas conformações e se preparar para participar do desfecho final. Também é necessário que seja (ou se torne) parte do projeto de vida de quem lhe irá depositar a confiança da terra. E por fim, é necessário ter liquidez, com uso do crédito agrícola, gado ou de bens de interesse, como lotes urbanos e automóvel.

Por fim, deve-se perceber que todo o crescimento patrimonial de uma família existe para dar as mesmas condições de existência aos filhos. Uma existência que, quando rural, reproduz sua moralidade junto à inseparável conformação de “terra, trabalho e família”¹².

2.4 A pluriatividade familiar

¹¹ Igualmente observado por Santos (1984).

¹² Chayanov (1974), Kautsky (1972), Wolf (1976) e Woortmann (1990a).

Pai, sucessor e desonerados podem se utilizar de vários artifícios para solucionar suas diferenças. Uma delas é buscar por meio de rendas não agrícolas e externas à unidade de produção, sendo que esta pluriatividade esteve mais presente em Santa Luzia que em São Pedro.

Quando a renda não agrícola é utilizada para a manutenção da família, normalmente é realizada pela mulher. Mas, quando gera renda adicional, envolve necessariamente o homem.

É importante perceber que o processo de venda é tão penoso como o da produção, sendo muitas vezes o elemento definidor da incorporação ou não de uma alternativa de renda no sistema de produção. Também a entrada no mercado, em ambos os casos, é percebida como uma ação em que o aumento da oferta ocorre conforme for descoberta a demanda.

Além dos canais visíveis de comercialização, como feiras e mercearias, existe também o comércio diferenciado para clientes preferenciais, estabelecendo como regra: (1) a periodicidade da entrega (2) o preço competitivo e (3) o fornecimento exclusivo do produto. Em Santa Luzia, esses canais de negócio ocorrem normalmente para o leite, queijo frescal, doces de leite, goiabada e marmelada. Em São Pedro ocorrem para a rapadura, melado, queijo e salame. Esse atendimento direto ao consumidor cria confiança mútua, além de o produtor estar diretamente informado da necessidade daquele.

Dentre as várias atividades, existe a necessidade do intermediário de negócios, pois existe muita gente disposta a vender e permanecem desconhecidos seus compradores. Em Santa Luzia, esse negociante é o “catireiro”¹³ e em São Pedro é o “briqueador”.

Para esses negociantes, a agricultura possui uma função de subsistência familiar; preferindo se dedicar mais à criação de gado e ao negócio. Procuram deter uma certa quantia de terras com pastagem e manter um canal de comercialização dos produtos de seu negócio.

Entre os negociantes das comunidades, percebeu-se que: (1) o relacionamento com a terra lhes garante um melhor acesso aos negócios; (2) há uma rotina de presença em alguns locais públicos;

¹³ Termo regional descrito por Ribeiro (1998), que significa negociante, realizado geralmente em pequena escala, nas áreas do oeste mineiro. O mesmo sentido se aplica para o termo “brique” no Paraná.

(3) adotam indicadores de compra e venda no comportamento dos maiores do ramo; (4) não se angustiam por uma compra ou venda, procurando agir com bom senso; (5) não criam afetividade com os produtos de negócio, mas manter um símbolo; (6) garantem uma renda acessória, suficiente para circular atrás dos negócios; (7) mantém uma margem mínima de 5%, que varia com o período inflacionário. Todo o agricultor faz negócio, mas nem todos podem priorizá-los e nenhum deles sobreviverá somente de negócios.

Também foi percebida a prestação de serviço em artes como: pedreiro, carpinteiro, tratorista e professor. O emprego parcial em outras atividades, aliado aos arrendamentos, parece ser o principal instrumento dos jovens para iniciar seu patrimônio, sendo que as histórias de compra da terra, normalmente estão envoltas em rendas de atividades extra-agrícolas. A confluência de pluriatividade e migração reafirma a necessidade de superar a impossibilidade pluriativa na unidade de exploração para poder realizá-la em outros loci.

A proletarianização ocorre quando não se pode manter as condições da produção familiar, sendo que a pluriatividade não necessariamente conduz à proletarianização. Pelo contrário, pode ser um instrumento de reprodução em meio a tantas e ampliadas relações com a sociedade do capital (Santos, 1984: p.17). Pluriatividade, migração e proletarianização se revelam como um trilema existencial de um jogo onde se conformam as estratégias de reprodução da família.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

As complexas estratégias de reprodução da agricultura familiar foram mais bem entendidas quando vivenciadas no cotidiano, que é multidisciplinar e diferente, segundo o contexto histórico e ambiental de seus personagens.

Os estudos de casos revelaram haver similaridade na forma como as comunidades sistematizam o seu ambiente, reproduzindo sua organização familiar na organização do espaço. A comunidade rural de Santa Luzia apresentou uma negociação mais complexa e afinada entre homem e meio. Salienta-se que aqueles que ficaram souberam combinar o uso regulado dos recursos naturais aliado a uma sistemática expulsão do excedente populacional.

A comunidade de São Pedro apresentou maiores experiências de associações formais que Santa Luzia. Esta, por sua vez, prefere fortalecer seus elos de parentesco edificados em sua história, seguramente mais antiga que a primeira. Isto gera padrões singulares de civismo que exigem uma compreensão diferenciada de sociabilidade e associativismo.

A distribuição tradicional das forças de trabalho por sexo e idade na composição do grupo doméstico corresponde cada vez mais à idade que ao sexo, sendo a mulher cada vez mais percebida como uma força transferível do empreendimento, e, portanto, cada vez menos marginal. Apesar da receptividade da mulher no mercado de trabalho urbano, entre os rurais ainda ocorre a divisão do trabalho por gênero e idade. A divisão é dinâmica no tempo e, de acordo com a relevância econômica da atividade, o sistema produtivo é reorganizado para que a reprodução social seja personificada no homem e a manutenção seja uma atribuição feminina.

A relevância da associação homem/dinheiro e mulher/sustento se mostrou invariável no tempo e refaz o entendimento de que o trabalho feminino seja subordinado ao masculino, pois pareceu serem diferentes, existindo uma fixação da atribuição do homem para atividades mercadológicas e patrimoniais e da mulher para a manutenção da família.

Os dotes do casamento reproduzem a divisão de papéis da família rural. Quando há um estabelecimento próprio, a parcela casa-quintal se conforma como um território feminino, devendo o homem recriar seu espaço, na forma de arrendamento ou venda de mão-de-obra.

No processo de formação de novas famílias, quem circula é a mulher, sendo o homem preso à terra. É normal a prática do casamento trocado e, no cálculo matrimonial de São Pedro, é excluída a possibilidade de casamentos entre parentes, sendo que em Santa Luzia é unicamente restritivo o casamento de membros do mesmo sítio.

É similar o modo como preparam o sucessor e arranjam seus "herdeiros" frente ao Código Civil, instituindo a figura do "pé-de-boi" em Santa Luzia e do "escolhido" em São Pedro, ambos num processo sucessório que se inicia antes da partilha da terra. Apesar disso, os mineiros procuram efetivar a partilha após a morte do dono, agindo de forma sutil e admitindo a unigenitura como um acerto. Entretanto, os paranaenses são mais explícitos e, por

isso, possuem maior número de casos em que o herdeiro único migrou, perdendo o sucessor.

É obrigação de um sucessor dar apoio aos irmãos excluídos, personificando a guarda simbólica da família. O melhor instrumento de ajuste da herança tem sido a compra e venda da terra. Uma transação difícil, que imobiliza uma grande quantidade de recursos poupados pelo seu comprador. A poupança é um ingrediente básico para qualquer projeto de vida. Em Santa Luzia, a poupança se realiza em gado e em São Pedro, na ampliação de bens imóveis, que não se reproduzem em si, ocorrendo várias tentativas dos colonos para pouparem leite e suíno. E a terra continua sendo o maior objetivo do crescimento patrimonial.

A migração se apresentou como um artifício de capitalização para os preparativos do matrimônio e a indenização dos desonerados da sucessão. Entre aqueles que migram, a grande maioria é adulta, sendo que existe uma parcela maior de mulheres jovens saindo de São Pedro que de Santa Luzia. Nesta última, a proporção de sexo entre os jovens migrantes é igual.

A busca por rendimentos externos serviu como estratégia de reprodução em ambas as comunidades, sendo que os mineiros se apresentaram mais pluriativos que os paranaenses. As funções pluriativas seguiram a mesma tendência da divisão do trabalho: quando a renda obtida é utilizada na manutenção da família é realizada pela mulher e quando gera recursos substanciais em poupança, é pelo homem.

O ato de vender é uma atividade penosa, a introdução de um novo produto no mercado é realizada em uma demanda descoberta aos poucos e o início de uma ação pluriativa inovadora ocorre nos momentos de maior necessidade.

Percebeu-se a mesma intermediação do negócio agrícola com as figuras do "catireiro" entre os mineiros, e "briqueador" entre os paranaenses, que seguem princípios únicos de comportamento. A prestação de serviço foi a principal atividade externa em ambos os casos, sendo mais requisitadas no meio rural as artes de: pedreiro, carpinteiro, tratorista e professor. O emprego em tempo parcial, aliado aos contratos de arrendamento e parceria, aparece como o primeiro instrumento dos jovens para alavancar o crescimento patrimonial.

A reprodução da agricultura familiar se assemelhou ao desenvolvimento da unidade de exploração, com conflitos e alianças que suportam

pressões internas e externas à família e que agem sobre o agricultor num esforço de auto-exploração e conseqüente reprodução.

Dentre as diferentes estratégias de reprodução, foram direcionados esforços para estudar a organização do trabalho, sucessão familiar, formação do patrimônio e a pluriatividade. Tais questões prioritárias e suas inter-relações, apesar de insuficientes, muito contribuíram para a explicação do fenômeno das estratégias de reprodução.

Existem ainda outros temas, que poderiam ser incluídos em futuros trabalhos, tais como: o uso do crédito agrícola, participação em projetos de desenvolvimento, associativismo e comercialização. Esses temas foram tangenciados pelo presente trabalho e, se aprofundados, poderiam também contribuir para compreender a reprodução da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992. 275p.(Estudos rurais; 12).
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó: FAO/EPAGRI, abr. 1997. 45p.
- ALENCAR, E. **Metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA, 1997. 14p. (Apostila).
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobindo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, v.1, n.1, p.66-83, jun. 1986.
- ANTONIALI, L. M. Processo sucessório em empresas familiares: um tema carente em pesquisas no setor rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v.7, n.2, p.112-124, jul./dez. 1995.
- BAPTISTA, F. O. Agricultura e capitalismo na Europa do Sul. In: SHIGEO, S.; SILVA, J.G. da; ORTEGA, A. C. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU/UNICAMP/ EMBRAPA, 1997. p.45-73.

- BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. Tradução de Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: HUCITEC POLIS, 1987. 141p. Tradução "The Conditions of Agricultural Growth".
- CÁCERES, D. M. Estratégias campesinas en sociedades rurales contemporaneas. **Revista de la Facultad de Agronomía**, Buenos Aires, v.15, n.1, p.67-72, 1995.
- CAMPOMAR, M. C. Do uso de "estudo de caso" em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.26, n.3, p.95-97, 1991.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 284p.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342p. Tradução de: Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G. da; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense. 1981.
- GARAY, A. B. S. Entraves à sucessão em empresas familiares. **Revista Análise**, Porto Alegre, v.7, n.1, p.163-179, 1996.
- GARCIA JUNIOR, A. R. **O sul**: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989. 285p.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.2, p.57-63, 1995.
- SILVA, J.G.da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP_IE, 1999.
- KAGEYAMA, A. Pluratividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. p.555-566.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972. 221p.
- LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. 336p. Tradução de: L'agriculture familiale.
- MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: VOZES, 1990. 132p.
- SANTOS, J.V.T.dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 12 ed. Rio de Janeiro: BERTTRAND BRASIL, 1989. Volume II. Capítulos XIV a XXV. P. 583 a 933. Tradução de: Das kapital: kritik der politischen ökonomie.1890.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros das terras**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: HUCITEC, 1978. 100p.
- PAPMA, F. **Contesting the household Estate - southern brazilian peasants and modern agriculture**. Leiden, Holanda: Centre for Latin American Reserarch and Documentation, 1992. 276p.

- PAPMA, F. **Fim da picada:** filhos sem terra numa comunidade onde terminou a fronteira agrícola. [S.I.:s.n], 1987. 26p. Mimeo.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Tradução de Luiz A. Monjardim. F.G.V. EDITORA, 1996. 257p. Tradução de: Making democracy work: civic traditions in modern Italy. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 257p.
- RIBEIRO, E. M. **Fazenda Pica Pau, Miradouro, Minas Gerais:** estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais. Belo Horizonte: [s.n.], 1992. 112p. Mimeo.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Catira de gado e ocupações não-rurais: duas alternativas de reprodução de produtores de leite do Oeste de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. p.953-964.
- SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação:** o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Editora da UFPEL. 1995. 169p.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro: in: **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52, p.1-27, maio 1985.
- SANTOS, J. V.T.dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.
- VEIGA, J.E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: USP. HUCITEC. 1991. 219p. (Estudos rurais; 11)
- WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, v.19, n.2, abr./jun. 1949.
- WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas.** Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976. 150p. Tradução de: Foundations of Modern Anthropology.
- WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sítiantes do nordeste. São Paulo: USP/HUCITEC/Edunb, 1995. 336p.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: UNB. 1990a. p.11-73.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.7, n.1, p.35-53, jan-jun. 1990b.